



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Eufrânia Paula Corrêa Potting

A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE NOS
PROCESSOS DE DECISÃO DA ESCOLA:
O “INTERJOGO” DE RESPONSABILIDADES.

BELO HORIZONTE - MG
2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Eufrânia Paula Corrêa Potting

A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE NOS
PROCESSOS DE DECISÃO DA ESCOLA:
O “INTERJOGO” DE RESPONSABILIDADES.

Trabalho de Conclusão de Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de **Especialista em Gestão Escolar**.

Orientadora: Prof^a Mestranda e Especialista
Márcia Helena Mesquita Ferreira

BELO HORIZONTE - MG
2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Eufrânia Paula Corrêa Potting

A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE NOS
PROCESSOS DE DECISÃO DA ESCOLA:
O “INTERJOGO” DE RESPONSABILIDADES.

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado por banca
examinadora em XX de XXXXXXX de 2011, conferindo ao autor o título
de **Especialista em Gestão Escolar**.

Banca Examinadora:

Prof^a. Mestranda e Especialista Márcia Helena Mesquita
Ferreira (Orientadora) - UFMG

Prof. Dr. Hormindo Pereira de Souza Júnior - UFMG

BELO HORIZONTE - MG
2011

Dedico este trabalho,

A minha família que soube compreender as horas necessárias à dedicação desse curso;

Ao meu filho Willem, pela paciência de mais uma vez ter que dividir minha atenção com o computador e com as leituras;

Ao meu marido Edgard, pelas palavras de incentivo e por acreditar em mim.

AGRADECIMENTOS

À escola de gestores da UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais, pela oportunidade em ampliar os meus conhecimentos dentro da gestão da escola pública;

Ao corpo docente e discente das Escolas Municipais José Joaquim Alves Pereira e Orlando Rezende Andrade, por buscarem uma convivência democrática e participativa, fazendo com que o ideal de Gestão Democrática se torne presente e possível;

Aos meus colegas deste curso de Gestão Escolar que, durante esta caminhada, foram essenciais na troca de experiências e de motivação mútua.

“Desejamos uma escola de nosso tempo, janela aberta para o presente e para o futuro, onde se viva a utopia mitigada que permite criar e recriar, sem contudo perder a razoabilidade e a estabilidade. Uma escola onde se realize, com êxito, a interligação entre três dimensões da realização humana: a pessoal, a profissional e a social. E onde se gerem conhecimentos e relações, comprometimentos e afetos.”

Isabel Alarcão

RESUMO

O eixo central da discussão proposta por este trabalho - “A participação da comunidade nos processos de decisão da escola: o interjogo de responsabilidades” - surgiu da necessidade de dirigir o olhar ao cenário que compõe o processo de construção e de responsabilidade na execução do Projeto Político Pedagógico na democratização da escola pública. Para a configuração dessa pesquisa optou-se como referencial teórico o princípio da Gestão Democrática aprovado pela Constituição Federal em 1988. A gestão democrática é entendida como a participação efetiva dos vários segmentos da comunidade escolar, pais, professores, estudantes e funcionários na organização, na construção e avaliação dos projetos pedagógicos, na administração dos recursos da escola, enfim, nos processos decisórios da escola. A partir desse lugar propõe-se tecer algumas reflexões acerca da responsabilização de todos os atores envolvidos nesse processo de construção coletiva pelos resultados obtidos no fazer pedagógico.

Palavras chave: Gestão Democrática, Projeto Político Pedagógico, Participação, Responsabilização.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Fachada da Escola Municipal José Joaquim Alves Pereira	11
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Perfil da Escola Municipal José Joaquim Alves Pereira.	12
--	----

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO.....	10
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	14
3. A CONSTITUIÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NA ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ JOAQUIM ALVES PEREIRA.....	17
4. CONSIDERAÇÕES DA ANÁLISE.....	20
REFERÊNCIAS	22
BIBLIOGRAFIA	24
ANEXO	25

1. APRESENTAÇÃO

A gestão democrática da escola pública tem sido defendida como dinâmica a ser efetivada nas unidades escolares, com o intuito de garantir processos coletivos de participação e decisão. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), ao determinar os sete princípios que devem reger o ensino, indica que um deles é a gestão democrática. Igualdade, liberdade, pluralismo, gratuidade, valorização dos profissionais de ensino e garantia de padrão de qualidade são os outros seis. Ao estabelecer a gestão democrática do ensino o texto constitucional institui, ao mesmo tempo, o direito e o dever de participação de todos os que atuam nos sistemas e nas escolas públicas.

A gestão democrática define-se pela participação efetiva dos vários segmentos da comunidade¹ escolar - pais, professores, estudantes e funcionários - e comunidade local na organização, na construção e avaliação dos projetos pedagógicos, na administração dos recursos da escola, enfim, nos processos decisórios da escola. Promove, portanto, o fortalecimento de procedimentos de participação de tais comunidades no governo da escola, descentralizando os processos de decisão e dividindo responsabilidades.

A democratização da gestão escolar implica a superação dos processos centralizados de decisão, em busca de uma participação efetiva nos processos de escolhas/decisões, o efetivo financiamento pelo poder público, permitindo, assim, a vivência de uma gestão em que as decisões nasçam de discussões coletivas, envolvendo todos os segmentos da escola num processo pedagógico. A gestão democrática é, portanto, entendida como espaço de participação, de descentralização do poder e de exercício de cidadania.

¹ Fazendo minhas as palavras de Paro (1992), “o termo comunidade não pretende ter aqui um significado sociológico mais rigoroso. [...] estamos utilizando-o para significar tão somente (e por falta de expressão mais adequada) o conjunto de pais e famílias que, ou por residirem no âmbito regional servido por determinada escola, ou por terem fácil acesso físico a ela, são usuários, efetivos ou potenciais de seus serviços” (PARO, 1992, p. 256).

Trabalhar coletivamente, apesar de não ser tarefa fácil, é mais vantajoso para a escola, pois, segundo Marçal (2001, p. 7), é *“pela ação coletiva que a escola se fortalece , revelando sua capacidade de se organizar e produzir um trabalho pedagógico de melhor qualidade”*. A necessidade da gestão democrática, que está vinculada à função social que a escola deve cumprir, fez com que as exigências de transformar a educação se efetivassem através da construção coletiva do Projeto Político Pedagógico - PPP. Nesse sentido, a escola não pode centrar o seu trabalho na figura dos gestores, mas sim, abrir-se à participação nas decisões, que visam à definição e ao alcance das ações propostas pelo Projeto Político Pedagógico.

O presente trabalho tem como foco principal tecer algumas reflexões acerca da responsabilização de todos os atores envolvidos nesse processo de construção coletiva - PPP - pelos resultados obtidos no fazer pedagógico. Serão tratados, nessa pesquisa, os mecanismos utilizados especificamente pela E. M. José Joaquim Alves Pereira – localizada no município de Três Corações, no Estado de Minas Gerais – para a efetivação de uma gestão democrática no contexto escolar através da construção e efetivação do PPP. O direcionamento dado ao presente trabalho volta-se para a verificação da importância de se dirigir o olhar ao cenário que compõe o processo de construção e de responsabilidade na execução do Projeto Político Pedagógico na democratização da escola pública.



Figura 1: Fachada da E. M. José Joaquim Alves Pereira

A Escola Municipal José Joaquim Alves Pereira foi criada em 14 de setembro de 1966 pela Lei Municipal n.º 608/66 de 14/09/66 e seu funcionamento autorizado pelas Portarias de n.º 15/02/77 e de n.º 1001/88 de 16/04/88 da SEEMG. Está localizada na zona urbana de Três Corações, Minas Gerais, no bairro Amadeu Miguel. Teve sua primeira sede em um galpão que hoje é ocupado pela “Coca-Cola”. Posteriormente foi transferida para um prédio cedido à Prefeitura Municipal de Três Corações pela BPS, construtora do bairro Amadeu Miguel. Tal prédio foi construído para servir de abrigo aos pedreiros/serventes e como canteiro de obras. Carrega o nome José Joaquim Alves Pereira em homenagem a um ilustre tricordiano que muito contribuiu para o desenvolvimento de Três Corações. No final do ano de 2002, ganhou a parceria da Empresa Mangels com a Prefeitura Municipal e SEDUC, ampliando e reformando a Escola, o que permitiu a extensão de turmas, facilitando o acesso à escola.

Além de atender a clientela do bairro, atende também as comunidades rurais da Fazendinha, Japão, São Bentinho, Flora, Distrito Industrial e adjacências. A comunidade escolar, portanto, é bastante heterogênea. A Escola conta com, aproximadamente, 258 alunos, entre 6 e 15 anos, e funciona em dois turnos: matutino e vespertino, com turmas do Ciclo Básico, Intermediário e Avançado.

Tabela 1 - Perfil da E. M. José Joaquim Alves Pereira

Direção	Eufrânia Paula Côrrea Potting
Equipe Pedagógica	01 Supervisora 06 Professores para atendimento do 1º ao 5º ano 10 Professores para o atendimento do 6º ao 9º ano 02 Professores Eventuais 02 Professores para reforço
Equipe Técnica	02 Bibliotecárias 02 Cozinheiras 03 Faxineiros 01 Secretária
Público de Atendimento	Crianças e Jovens – (dos 06 aos 15 anos de idade)

O objetivo trazido por este trabalho é o de analisar as formas com que o gestor pode promover e articular a construção do Projeto Político Pedagógico, consolidando o princípio de Gestão Democrática, como também o modo de participação da comunidade escolar e local nos processos de decisão da escola, e, a partir desse lugar, refletir sobre a responsabilização de cada ator envolvido na construção de uma escola de qualidade para todos.

O tema deste estudo justifica-se pela crescente não responsabilização por parte das comunidades escolar e local acerca da qualidade da educação básica. Percebe-se uma crescente cobrança de uma escola ideal, com alunos ideais, com familiares ideais, com professores ideais, porém a obrigação para a busca efetiva da passagem desse ideal pretendido para um real possível parece ser tarefa de poucos.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A gestão escolar, proposta pelo documento final da CONAE – Conferência Nacional de Educação – ocorrida no período de 28 de março a 1º de abril de 2010, deve ser alinhavada aos princípios democráticos e assumida como fator de melhoria da qualidade da educação e de aprimoramento e continuidade das políticas de Estado. A gestão democrática como princípio basilar da educação nacional é construído através de indicadores como autonomia, representatividade social e formação da cidadania. Para tanto, o documento defende a participação que se constitui em caminho fundamental para a democracia, o que implica o rompimento com as estruturas que produzem relações hierárquicas de poder, marcadas pelo centralismo e autoritarismo, na direção de uma maior abertura e efetiva participação dos diferentes segmentos na definição e na construção dos rumos da escola. A escola, portanto, se redefine como espaço democrático de elaboração de valores, de respeito às diferenças, de produção e disseminação de conhecimento e de convivência humana, social, cultural e política. Essa visão concebe os sujeitos como portadores de direitos, cuja formação tem por objetivo proporcionar graus sempre crescentes de cidadania e humanização.

Entende-se por democracia: “sistema comprometido com a igualdade ou a distribuição igualitária de poder” (HOUAISS, 2004, p.215). A democracia supõe a convivência e o diálogo entre pessoas que pensam de forma diferente e querem coisas distintas. Na escola não é diferente: encontram-se também a diversidade e o conflito de interesses.

É imprescindível, nos dias atuais, um trabalho escolar proposto à luz de uma perspectiva democrática, pois, conforme Beraldo (2007), a tarefa educativa essencial da escola é educar os alunos para os valores da democracia, a fim de assegurar, através do processo democrático, a participação das pessoas envolvidas e seu consequente comprometimento com as decisões tomadas. Escolas éticas e democráticas são lugares onde prevalecem a justiça, a equidade, a integridade e a plena participação.

Segundo Dourado (2001), a gestão escolar, nessa perspectiva, abrange o exercício do poder, incluindo os processos de planejamento, a tomada de decisões e a avaliação dos resultados alcançados. O fortalecimento de procedimentos de participação das comunidades escolar e local no governo da escola, a descentralização dos processos de decisão e a divisão de responsabilidades são ações de caráter coletivo, realizadas a partir da participação conjunta e integrada dos membros de todos os segmentos da comunidade escolar. Gestão democrática, pois, implica compartilhar o poder, descentralizando-o.

A convivência democrática na escola envolve o Projeto Político Pedagógico como se fosse uma rede cuja função é manter todas as partes firmemente unidas. O Projeto Político Pedagógico, portanto, torna-se fundamental para a escola por ser elemento norteador para a organização do seu trabalho. Deve ser assumido como uma conquista do coletivo, como um instrumento de luta e organização, por ser percebido como um instrumento importante para assegurar não só o sucesso da aprendizagem dos alunos como a sua permanência numa escola prazerosa e de qualidade.

A escola, através da construção coletiva do seu Projeto Político Pedagógico, visa atender às necessidades específicas da comunidade à qual está inserida, planejando seu trabalho a médio e longo prazo, com a finalidade de construir uma identidade própria, através do diálogo e da busca de soluções para os problemas escolares. Portanto, a construção do Projeto Político Pedagógico depende do papel ativo dos diversos atores envolvidos no contexto escolar.

De acordo com as palavras de Marçal (2001),

“A LDB reconhece na escola um importante espaço educativo e nos profissionais da educação uma competência técnica e política que os habilita a participar da elaboração do seu projeto pedagógico. Nessa perspectiva democrática, a lei amplia o papel da escola diante da sociedade, coloca-a como centro de atenção das políticas educacionais mais gerais e sugere o fortalecimento de sua autonomia”. (MARÇAL, 2001, P16)

Para tanto, faz-se necessária a real participação da família e de todo o coletivo da escola, bem como o compromisso de todos os envolvidos na busca de um ensino público de qualidade e uma proposta arrojada capaz de atender a todos

os alunos. É imprescindível, pois, dar voz a diferentes perspectivas para que o Projeto Político Pedagógico perpassa do ideal para o real.

Nessa busca pela democratização da escola pública através da construção do Projeto Político Pedagógico de forma coletiva percebe-se que, embora o documento final seja fruto da ação coletiva, as responsabilidades, sejam elas positivas ou negativas, recaem, na maioria das vezes, somente sobre o gestor. Isso se dá pelo fato dos demais envolvidos no processo de construção da escola não se sentirem responsáveis por ela. O gestor, ao monitorar o trabalho pedagógico da escola, depara-se com o professor que não se sente responsável pelo mau aproveitamento do aluno, atribuindo esse resultado à família; a família, por sua vez, não se sente responsável pelo filho, delegando essa responsabilidade à escola; os alunos não se sentem responsáveis pela sua própria construção de conhecimento, justificando a má qualificação dos professores.

A temática da responsabilização na educação é um dos grandes desafios da educação brasileira nos dias atuais. Castro, em texto viabilizado pelo documento Em Aberto do INEP (2000), acena para a questão, enfatizando que o professor não se sente responsável pela aprendizagem do aluno, pois tem dificuldade de lidar com problemas sociais muito grandes, com carências alimentares, cognitivas, afetivas e sociais dos alunos. Dentro dessa dinâmica, o aluno não aprende porque está com fome, têm carências afetivas, a família é desestruturada, etc. Nesse “interjogo” de responsabilidades, a escola pública, apesar de estar aberta à participação de todos, ainda apresenta uma lacuna que impede a consolidação de um trabalho coletivo.

Dourado (2001), afirma que incentivar a participação, respeitando as pessoas e suas opiniões e desenvolver um clima de confiança entre os vários segmentos das comunidades escolar e local são passos importantes para se efetivar uma política de responsabilização de todos em relação ao trabalho da escola e conclui que a participação proporciona mudanças na vida das pessoas, o que implica em assumir responsabilidades na medida em que os atores envolvidos passam a se interessar e a se sentir responsáveis por tudo o que representa interesse comum.

3. A CONSTITUIÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NA ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ JOAQUIM ALVES PEREIRA

O desenvolvimento desse estudo contempla, em sua estruturação, a abordagem qualitativa. A pesquisa qualitativa, conforme Neves (1996), surgiu inicialmente no seio da Antropologia e da Sociologia e, nos últimos 30 anos, ganhou espaço em áreas como a Psicologia, a Educação e a Administração de Empresas. O mesmo autor pontua as principais características da pesquisa qualitativa: costuma ser direcionada ao longo de seu desenvolvimento; não busca enumerar ou medir eventos; geralmente não emprega instrumental estatístico para análise de dados; seu foco de interesse é amplo.

O pesquisador, nas pesquisas qualitativas, procura entender os fenômenos segundo as perspectivas dos participantes da situação estudada e, a partir daí, situa sua interpretação acerca dos fenômenos estudados. Assim, de acordo com o autor, a pesquisa qualitativa tem por objetivo traduzir e expressar o sentido dos fenômenos do mundo social: trata-se, pois, de reduzir a distância entre teoria e dados, entre contexto e ação.

O presente estudo trata-se, pois, de uma pesquisa documental desenvolvida com base na análise do Projeto Político Pedagógico – PPP – da Escola Municipal José Joaquim Alves Pereira, localizada no município de Três Corações, no estado de Minas Gerais.

Perspectivando a concepção de Gestão Democrática, muito se tem discutido sobre as formas de participação da comunidade escolar nos processos de decisão da escola. Diante dessa concepção, a constituição e implementação de um Projeto Político Pedagógico de forma coletiva pressupõe assumir um discurso democrático que acolha e garanta a participação efetiva dos vários segmentos da comunidade escolar na organização, na construção e na avaliação dos projetos pedagógicos, na administração dos recursos da escola e nos processos decisórios da escola.

Ao analisar o PPP da Escola Municipal José Joaquim Alves Pereira percebe-se que a escola buscou a coletividade na constituição de seu PPP, porém é imperativo afirmar que, apesar dessa abertura, houve uma falha no que se priorizou enquanto formas de participação da comunidade escolar durante esse processo, incorrendo no prejuízo da não responsabilização. É a partir dessas considerações que irá se configurar a presente pesquisa.

No Brasil, as desigualdades sociais, econômicas e culturais são fatos decorrentes de uma sociedade capitalista que, de acordo com Vaz (2008), vem passando por um período de transformação. Este fato, além de trazer mudanças significativas para a sociedade, também o faz com a escola, que passa a construir conhecimentos, atitudes e valores que tornem o estudante solidário, crítico, ético e participativo. Tais alterações interferem nas políticas educacionais, redirecionando o pensar e o fazer pedagógico, o que certamente traz implicações para a gestão escolar.

Ao objetivar a construção de um cidadão que toma as rédeas de sua vida, tornando-se sujeito de sua própria história, a Escola Municipal José Joaquim Alves Pereira busca a consolidação de uma gestão escolar participativa, priorizando o diálogo e a mobilização das pessoas, possibilitando a elas intervir na construção de uma escola de melhor qualidade para todos. Ao incentivar a participação, a escola assume responsabilidades, escolhe e inventa novas formas de relações coletivas.

Um conjunto de ações é promovido para que essa escola democrática seja consolidada. A Escola Municipal José Joaquim Alves Pereira está sempre aberta para ouvir as dúvidas, angústias e ideias trazidas pelos responsáveis e pela comunidade escolar e local em que se encontra inserida. Representantes de todos os segmentos da escola e da comunidade local são incentivados a: participar de reuniões pedagógicas, em que são priorizadas discussões acerca das necessidades educacionais percebidas e o planejamento de ações para que elas sejam trabalhadas; participar de eventos culturais, palestras e cursos oferecidos pela escola; discutir as prioridades no uso dos recursos destinados à unidade escolar, mediante reuniões específicas para este fim.

Esse conjunto de ações é utilizado para que, efetivamente, aconteça, em um futuro próximo, a participação em todos os níveis, como: acompanhar e fiscalizar os recursos aplicados em educação; manter parceria com a comunidade na preservação e manutenção da escola; acompanhar e controlar as ações do PDE-Escola; delegar responsabilidades, ações e descentralizar as funções; fixar metas, diretrizes, planos, definir datas, calendário, cronograma de ações prioritárias, objetivos administrativos e pedagógicos; promover a avaliação institucional; criação do Conselho Escolar.

A Escola Municipal José Joaquim Alves Pereira utiliza-se das seguintes estratégias para o exercício de uma liderança empreendedora: promoção da participação efetiva dos vários segmentos da escola; introdução à gestão democrática, inicialmente, de forma limitada; construção de uma cultura de participação²; autonomia na organização do trabalho na sala de aula, na programação de atividades, na gestão dos tempos e dos espaços, na ligação como a comunidade, na definição de objetivos próprios e na elaboração de um Projeto Político Pedagógico.

Sabendo-se que uma liderança proativa estabelece melhor desempenho, a escola propõe espaços-tempos para planejamento coletivo, oportunizando a exposição de diferentes pontos de vista dos atores na construção de uma escola de qualidade.

² Segundo Barroso (?), p. 16), cultura de participação é “o reconhecimento por todos os membros da organização e pelos seus dirigentes, da participação como um valor essencial que deve orientar todas as suas práticas”.

4. CONSIDERAÇÕES DA ANÁLISE

Conforme Dourado (2007), desde a redemocratização do país, houve mudanças acentuadas na educação brasileira. A aprovação e promulgação da Constituição Federal de 1988 garantiu uma concepção ampla de educação e sua inscrição como direito inalienável, bem como a partilha de responsabilidade entre os entes federados e a vinculação constitucional de recursos para a educação.

Freitas (2000) afirma que as novas políticas públicas passaram a contemplar a descentralização administrativa e gestão escolar participativa de cunho democrático, com o foco na realidade da escola e de suas comunidades escolar e local. Tal participação requer a competência para formar e trabalhar com representantes do sistema de ensino e das comunidades escolar e local.

Uma escola que contribua significativamente para essa transformação social deve conceber como forma de trabalho a Gestão Democrática, por exigir a participação dos diferentes segmentos da comunidade escolar nos processos de decisão da escola. Nesse sentido, torna-se fundamental reestruturar o papel da escola para que essa contribua efetivamente para afirmar os interesses coletivos e trabalhe pela construção de um país mais justo.

Brzezinski (2001, p.75) afirma que:

[...] é impossível à escola pública brasileira desempenhar suas funções sociais, políticas e pedagógicas sem que nela haja mudanças estruturais. Essas mudanças deverão instalar uma cultura da democratização em todas as relações existentes no interior da escola, o exercício da gestão colegiada e participativa com distribuição equilibrada do poder e de responsabilidades entre todos os envolvidos no processo educativo e em todas as esferas (municipal, estadual e federal) dos sistemas de ensino.

Dourado (2001) relaciona os sete princípios que devem orientar o ensino e as ações dos gestores escolares: assegurar a igualdade de condições de acesso à escola e permanência nela; promover maior liberdade na divulgação de ideias, pensamentos e produção artística; articular concepções pedagógicas diferenciadas;

ampliar a gratuidade na prestação de serviços educacionais; valorizar os professores em exercício; aprimorar a qualidade do ensino e Gestão Democrática do ensino.

A Escola Municipal José Joaquim Alves Pereira flerta com a possibilidade da consolidação dessa proposta democrática, a partir da construção de uma cultura de participação na escola. Caminha de forma lenta, mas firme, para a efetivação desse ideal almejado. Constatou-se, entretanto, ao se analisar o Projeto Político Pedagógico construído pela Escola Municipal José Joaquim Alves Pereira, que o aspecto priorizado pela gestão escolar para efetivação da participação dos pais e/ou responsáveis é o pedagógico. Há que se rever, neste caso, com certa urgência, as formas de participação no aspecto administrativo da instituição para que realmente a gestão democrática possa ser consolidada.

A existência de uma cultura de participação na escola passa, muito mais, pela maneira como se realiza a interação cotidiana entre os diversos membros da instituição e pelos modos como se decide, se organiza e se realiza o trabalho, desde à sala de aula, até a escola no seu conjunto e a sua relação com a comunidade local. Nesse sentido, o estilo de liderança do gestor é determinante para o inter-relacionamento dessas comunidades e do sucesso escolar.

A responsabilidade de cada ator envolvido no processo se modifica a partir de sua função dentro da instituição. O gestor, como maestro dessa “orquestra”, deve estar ciente de que é possível vislumbrar a engrenagem de dezenas ou centenas de vozes entoando num mesmo sentido a música escrita numa partitura. Assim, num conjunto orquestral se encerram valores de uma grande sabedoria intrínseca: a responsabilidade de cada um em gerar harmonia para um conjunto: tantos instrumentos, tanta variedade de timbres, tantas funções, e tudo soando com perfeição. Cada homem, não importa o que toque, desempenhando da melhor maneira possível, individualmente, sua função para que o conjunto seja belo. A Escola Municipal José Joaquim Alves Pereira intenta efetivar através de algumas estratégias essa dinâmica democrática, apesar de ainda não estar atingindo todas as formas de participação propostas, principalmente, na construção coletiva do Projeto Político Pedagógico da escola.

REFERÊNCIAS

ALARCÃO, Isabel. **Escola reflexiva e nova racionalidade**. Isabel Alarcão (org.). Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

BERALDO, Fernando. **A gestão participativa na escola pública**: tendências e perspectivas. Revista Científica Eletrônica de Pedagogia, ano V, número 10, julho 2007. Disponível em <http://xa.yimg.com/kq/groups/24344376/99578290/name>. Acesso em 11/10/2010.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em 30/11/2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Conae 2010**: documento final. Disponível em http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/pdf/documentos/documento_final_sl.pdf. Acesso em 01/12/2010.

BRZEZINSKI, Iria. Fundamentos Sociológicos, Funções Sociais e Políticas da Escola Reflexiva e Emancipadora: Algumas Aproximações. In: ALARCÃO Isabel (org) **Escola reflexiva e nova racionalidade**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001. p. 65-82.

CASTRO, Marta Luz Sisson de. A gestão da escola básica: conhecimento e reflexão sobre a prática cotidiana da diretora de escola municipal. In: **Em Aberto – Gestão Escolar e Formação de Gestores**. Brasília, v.17, n. 72, p.71-86, fev./jun. 2000. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 12/07/2010.

DOURADO, Luiz Fernandes. **Progestão**: como promover, articular e envolver a ação das pessoas no processo de gestão escolar?, módulo II / Luiz Fernandes Dourado, Marisa Ribeiro Teixeira Duarte; coordenação geral Maria Aglaê de Medeiros Machado. Brasília: CONSED – Conselho Nacional de Secretários de Educação, 2001.

_____. **Conselho Escolar e o financiamento da educação no Brasil**. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Programa Nacional de Fortalecimento dos conselhos escolares. Brasília, 2006.

_____. **Políticas e Gestão da Educação Básica no Brasil**: Limites e Perspectivas. Educ. Soc., Campinas, vol.28, n. 100 – Especial, p. 921-946, out. 2007. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 09/10/2010.

FREITAS, Kátia Siqueira de. **Uma inter-relação**: políticas públicas, gestão democrático-participativa na escola pública e formação da equipe escolar. Em aberto, Brasília, v.17, n.72, p. 47-59, fev/jun.2000. Disponível em: <http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/1091/992>. Acesso em 11/10/2010.

LUCK, Heloísa. **Perspectivas da Gestão Escolar e Implicações quanto à Formação de seus Gestores**. Em aberto, Brasília, v.17, n.72, p. 11-33, fev/jun.2000 Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/1087/989>. Acesso em 11/10/2010.

_____. **A dimensão participativa da Gestão escolar**. Disponível em: <http://eventos.tmunipal.org.br/gestaoescolar/materialdidatico/ed01julhotexto.pdf>. Acesso em 11/10/10.

MARÇAL, Juliane Corrêa. **Progestão: como promover a construção coletiva do projeto pedagógico da escola?**, módulo III / Juliane Corrêa Marçal, José Vieira de Sousa; coordenação geral Maria Aglaê de Medeiros Machado. Brasília: CONSED – Conselho Nacional de Secretários de Educação, 2001.

Minidicionário Houaiss da língua portuguesa / Organizado pelo Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda. – 2.ed.rev. e aum. – Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

NEVES, J. L. **Pesquisa Qualitativa – características, usos e possibilidades**. Caderno de Pesquisas em Administração, São Paulo, v. 1, nº 3, 2. sem. 1996. Disponível em <http://www.ead.fea.usp.br>. Acesso em 01/05/2010.

OLIVEIRA, João Ferreira de et.al. **Gestão Escolar Democrática: definições, princípios, mecanismos de sua implementação**. <http://moodle3.mec.gov.br/ufmq>. Acesso em 20/07/2010.

PARO, Vítor Henrique. **Gestão da Escola Pública: a Participação da Comunidade**. R. bras. Est. Pedag., Brasília, v.73, n.174, p.255-290, maio/ago. 1992. Disponível em: <http://www.emaberto.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/view/451/456>. Acesso em 11/10/2010.

PIERRO, Giulia. **A exclusão da comunidade**. Livro Educação, Editora Humana, 2007. Disponível em educaforumtxt.blogspot.com/2007/01/gesto-participativa-na-escola.html. Acesso em 03/11/2010.

SILVA, Marcelo Soares Pereira da. O gestor escolar frente o desafio da participação no planejamento do trabalho escolar: dimensões e significados. Disponível em: <http://moodle3.mec.br/ufmq>. Acesso em 03/07/2010.

VAZ, Márcia Cristina Dias. **Contemplando uma formação para a transformação social**. 2008. Disponível em <http://www.webartigos.com/articles/5895/1/gestao-participativa/pagina1.html#ixzz11YT689Oo>. Acesso em 05/11/2010.

BIBLIOGRAFIA

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Conae 2010: documento final**. Disponível em http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/pdf/documetos/documento_final_sl.pdf. Acesso em 09/102010.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. Acesso em 09/102010.

BRASIL **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em <http://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/textos/integra.htm>. Acesso em 09/102010.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em 09/102010.

CAVALIERE, Ana Maria. **Tempo de Escola e Qualidade na Educação Pública**. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a1828100.pdf>. Acesso em 09/102010.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **O Direito à Educação: um Campo de Atuação do Gestor Educacional na Escola**. Disponível em <http://escoladegestores.mec.gov.br/site/8-biblioteca/pdf/jamilcury.pdf>. Acesso em 09/102010.

LUCK, H. **Liderança em gestão escolar**. Petrópolis: Vozes, 2008.

MASETTO, M. **Cultura educacional e gestão em mudança**. São Paulo: Avercamp, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de S. (org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 23ª ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

OLIVEIRA, João Ferreira de; MORAES, Karine Nunes de; DOURADO, Luiz Fernandes - UFG. **Função social da educação e da escola**. Disponível em http://escoladegestores.mec.gov.br/site/4sala_politica_gestao_escolar/pdf/saibamais_8.pdf. Acesso em 09/102010.

_____. **O papel político-pedagógico do diretor**. Disponível em http://escoladegestores.mec.gov.br/site/4sala_politica_gestao_escolar/pdf/saibamais_1.pdf. Acesso em 09/102010.

PARO, V. H. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Ática, 2000.

ANEXO I
PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ JOAQUIM
ALVES PEREIRA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALFENAS



UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PV – PROJETO VIVENCIAL
EUFRÂNIA PAULA CORRÊA POTTING
PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
TURMA 09
PÓLO – TRÊS CORAÇÕES

PREFEITURA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ JOAQUIM ALVES PEREIRA
PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

TRÊS CORAÇÕES – MINAS GERAIS

2010



UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PV – PROJETO VIVENCIAL

EUFRÂNIA PAULA CORRÊA POTTING

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

TURMA 09

PÓLO – TRÊS CORAÇÕES

ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ JOAQUIM ALVES PEREIRA

Rua São Paulo, 141 – Amadeu Miguel – Três Corações.

Telefone: 35 3691-1169

joesejoaquim.seduc@gamil.com

SUMÁRIO

	Página
INTRODUÇÃO	04
1. FINALIDADES DA ESCOLA	05
2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	06
3. CURRÍCULO	11
4. TEMPO ESCOLAR	14
5. PROCESSO DE DECISÃO	15
6. RELAÇÕES DE TRABALHO	17
7. AVALIAÇÃO	18
CONSIDERAÇÕES FINAIS	20
REFERÊNCIAS	21
ANEXOS	22

INTRODUÇÃO

O Projeto Político Pedagógico construído pela e na escola tem o intuito de definir um compromisso coletivo. É político porque tem o compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade. É pedagógico porque define as ações educativas que permeiam o cumprimento de seus propósitos e de sua intencionalidade.

Dessa forma, a construção do Projeto Político Pedagógico de forma coletiva propicia vivência democrática necessária para a participação de todos os membros da comunidade escolar e o exercício da cidadania, o que significa, nas palavras de VEIGA, 1995, p. 14 “[...] resgatar a escola como espaço público, lugar de debate, do diálogo, fundado na reflexão coletiva”.

Com a construção coletiva do Projeto Político Pedagógico, a escola busca sua descentralização, sua autonomia e, principalmente, sua qualidade e visa à organização do seu trabalho como um todo, suscitando elementos fundantes da escola democrática: igualdade, qualidade, gestão democrática, liberdade, valorização do magistério.

Buscamos o possível, partindo do que já temos. Nessa perspectiva, o Projeto Político Pedagógico é construído e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo da escola: diretor, professores, funcionários, alunos, pais e/ou responsáveis e comunidade.

Partindo deste enfoque, a Escola Municipal José Joaquim Alves Pereira, criada pela lei municipal nº 608/66, de 14/09/66 – Portaria nº 82/77 de 15/02/77 – SEE-MG – Portaria nº 1001/88, de 16/04/88 – SEE-MG – Portaria nº 403/2005 (Extensão de série), situada à Rua São Paulo, nº 141, Bairro Amadeu Miguel, Três Corações, Minas Gerais, telefone (35)3691-1169 e e-mail josejoaquim.seduc@gmail.com propõe a construção de um Projeto Político Pedagógico de forma coletiva e democrática, visando ganhar um caráter

dinâmico e essencialmente enriquecedor.

A escola pretende, juntamente com seu quadro e todos os atores envolvidos no processo educativo, assumir suas responsabilidades enquanto instituição pública, de natureza socializadora e humanista.

1. FINALIDADES DA ESCOLA

A Escola Municipal José Joaquim Alves Pereira tem por finalidade construir seu processo de ensino e aprendizagem voltado para o desenvolvimento afetivo, cognitivo, ético e sócio-cultural de um sujeito que se espera ser capaz de protagonizar e transformar a sua história. Para tanto, a escola proporciona aos alunos uma melhor interação com o outro, visando à sua formação global.

Tem como missão estruturar seu trabalho a partir da reconstrução de sua identidade, na redefinição de seus objetivos, metas e ações, valorizando o momento atual de resgate da autoestima. Aos educadores, a responsabilidade de garantir uma aprendizagem que atenda a duplicidade rural/urbana dos alunos através de atividades significativas e situações práticas de vivência de sua cidadania.

Essa missão parte da Visão de Futuro da Rede Municipal de Educação, que sugere “Escolas vivas e inovadoras, abertas às diferenças que garantam o acesso e a permanência a todos, e sistema de ensino comprometido com a qualidade do processo educativo e com a construção do conhecimento para a formação de cidadãos e evolução dos seres humanos, sem qualquer discriminação”.

A escola, portanto, apresenta objetivos delineados a partir da reflexão da proposta de Educação para Todos, norteadas pela visão de respeito às diferenças: cada indivíduo é diferente em relação ao outro. A escola busca construir uma educação que abarque todos os alunos e os modifique a ponto de intentarem na construção de uma sociedade que rompa com o discurso homogeneizante e re-signifique os modos de acesso aos saberes constituídos historicamente, através da escola.

Propõe como principais objetivos: elevar o desempenho acadêmico dos alunos, melhorar as práticas pedagógicas dos professores e promover a Gestão Democrática.

2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

1. ADMINISTRATIVA

A. ORGANIZAÇÃO ESPACIAL

A Escola Municipal José Joaquim Alves Pereira possui uma área total de 1368m² e 623,24m² de área construída. Conta com : 01 sala de direção, onde funciona também a secretaria; 01 laboratório de informática, que possui um banheiro que é utilizado pelos professores; 01 cozinha; 01 despensa; 01 refeitório; 03 banheiros femininos, sendo 01 adaptado com acessibilidade para cadeirantes; 03 banheiros masculinos, sendo 01 adaptado com acessibilidade também para cadeirantes; 07 salas de aula, sendo 01 transformada em biblioteca e sala de professores; 01 almoxarifado; 01 pátio; 01 espaço para horta; 01 biblioteca ao ar livre, construída debaixo de uma árvore; 01 Centro Cultural com capacidade para 100 pessoas, com 02 vestiários com banheiros, que foram adaptados: 01 como sala de supervisão, o outro como depósito de jogos pedagógicos; 01 quadra poliesportiva.

O Centro Cultural, além de ser o local destinado às apresentações culturais, às palestras etc, tem seu espaço utilizado também para o Projeto Integral “Há que se cuidar do broto para que a vida nos dê flores e frutos” e o palco é utilizado como sala de vídeo.

A quadra poliesportiva atende os alunos da escola das 7h às 17h, durante a semana. Depois deste horário e nos fins de semana, fica aberta para a comunidade. Por isso, necessita sempre de manutenção.

B. RECURSOS HUMANOS

O funcionamento da escola fica sob a responsabilidade de 30 funcionários: 10 professores do 6° ao 9°, 06 professoras do 1° ao 5°, 02

professoras de reforço, 02 professoras eventuais, 02 bibliotecárias, 03 faxineiros, 02 cozinheiros, 01 secretária, 01 supervisora e 01 diretora.

Com aproximadamente 260 alunos, sendo 70% de zona rural, a escola funciona em dois turnos: matutino e vespertino. No turno matutino, 120 alunos se dividem em 06 salas, que comportam aproximadamente 20 alunos cada. Nesse turno é destinado aos alunos que estão no 2º e 3º anos do Ciclo Intermediário e 1º e 2º anos do Ciclo Avançado, ou seja, atende os anos finais do Ensino Fundamental. No turno vespertino, 140 alunos se dividem em 06 salas, que comportam aproximadamente 24 alunos cada. O turno vespertino é destinado aos alunos que estão no 1º, 2º, 3º e 4º anos do Ciclo Básico e o 1º ano do Ciclo Intermediário, ou seja, anos iniciais do Ensino Fundamental.

C. RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros da escola não são próprios. São decorrentes de verbas enviadas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), através de programas como Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE - Escola). Esses recursos são depositados em conta própria da Caixa Escolar José Joaquim Alves Pereira, no Banco do Brasil.

O Programa Dinheiro Direto na Escola, PDDE, destina-se à manutenção, conservação e pequenos reparos da unidade escolar; aquisição de material de consumo necessário ao funcionamento da escola; aquisição de material permanente, quando receber recursos de capital; avaliação de aprendizagem; implementação de projeto pedagógico; e desenvolvimento de atividades educacionais. A escola realiza assembleias em que são eleitos, a cada dois anos, diretoria e Conselho Fiscal, e toda a verba advinda do PDDE é utilizada com a apreciação e aval da comunidade escolar, que escolhe onde os recursos devem ser aplicados de acordo com as necessidades da escola. O PDDE possibilita à escola maior condição de atender o aluno em todo o seu desenvolvimento global. Em 2010, a Escola Municipal José Joaquim Alves Pereira recebeu o total de R\$ 2.729,40 provenientes deste programa no ano de 2010.

O Plano de Desenvolvimento da Escola, PDE-Escola, visa à melhoria

da qualidade do ensino, pois prioriza as escolas que tiveram um baixo índice no IDEB. Para tanto, oportuniza um levantamento de dados da escola, em que se identificam seu perfil e seu funcionamento e proporciona a análise de critérios de eficácia escolar, estabelecidos pelo ensino e aprendizagem, pela gestão de pessoas e processos, pelo clima escolar, pela participação de pais e comunidade e pelos resultados obtidos pela escola nas avaliações externas e internas. Através da análise desses dados um Plano de Ação é construído pela escola e, se aprovado pelo MEC, este plano é colocado em prática. A escola, através desse estudo, descortina suas dificuldades e flerta com um mundo de novas possibilidades, discute seus problemas e suas imperfeições e redescobre sua força e sua função alicerçada em um programa que lhe possibilita reconstruir sua história. A Escola Municipal José Joaquim Alves Pereira recebeu R\$ 13.000,00 advindos de tal programa e terá a possibilidade do envio de mais R\$ 13.000,00, ainda este ano, como parcela complementar.

Dentre os programas mantidos pelo FNDE, o Programa de Fortalecimento dos Conselhos Escolares foi criado para efetivar o processo de democratização da escola pública. Os Conselhos Escolares propiciam um espaço de discussão democrático utilizado pela comunidade escolar para debater criticamente o cotidiano da escola, bem como articular o seu futuro. Nas escolas da Prefeitura Municipal de Três Corações, não existe esse espaço deliberativo. Porém a Secretaria de Educação, por acreditar em uma gestão democrática que só é efetivada a partir da instauração de espaços abertos à comunidade escolar, está discutindo os processos de implantação de tais conselhos.

2. PEDAGÓGICA

Os conteúdos são considerados como um meio para o desenvolvimento amplo do aluno e para sua formação como cidadão. Através de projetos interdisciplinares, procuramos capacitar nosso aluno a estabelecer relações significativas entre o conhecimento adquirido, utilizando-os na transformação e construção de novas relações sociais. Dessa forma procuramos utilizar de temáticas sociais que garantam o tratamento dos conteúdos de modo interdisciplinar, integrando o cotidiano social com o saber

escolar.

A utilização de atividades lúdicas diversificadas que oportunizem o desenvolvimento de habilidades, capacidades e atitudes a partir das mais simples às mais complexas, numa seqüência gradual de dificuldades que considere a competência das crianças de cada faixa etária e pelas experiências de cada uma, é uma constante. São realizadas atividades que desenvolvem, além dos aspectos cognitivos, as habilidades físico-motoras, o auto-conhecimento e a sociabilidade, que serão complementadas nas brincadeiras de roda, nas dramatizações de historinhas, nos desenhos, nas pinturas, nas modelagens e nas colagens, entre outras atividades construtivas.

Os objetivos traçados só serão alcançados por meio de intensa atividade do educando sob a orientação dos docentes. A ação didática será desenvolvida privilegiando a aprendizagem com vista ao educando aprender a ser e conviver com o outro, a conhecer e usar o conhecimento adquirido, buscando, assim, a superação de práticas que conduzem à acumulação de verdades e conteúdos desarticulados da realidade. Dessa forma, os alunos desenvolverão ações que oportunizem descobertas interessantes e a construção do conhecimento.

Para que consigamos construir uma escola que oportuniza a construção significativa do conhecimento, temos momentos individuais e coletivos junto com os professores. Os módulos de estudo, com duração de 100 minutos semanais, são dedicados a estudos e atendimento individual aos professores pela supervisão. As reuniões pedagógicas acontecem semanalmente, no matutino, com 01 hora de duração e, no vespertino, quinzenalmente, com 02 horas de duração e conta com a presença efetiva da direção da escola e da supervisão.

Para a leitura, organizamos um espaço privilegiado para que nossos alunos possam olhar o processo da leitura com as lentes do prazer. Dessa forma, diversificamos bastante as aulas com o propósito de abarcar o maior número de leitores possível. Para tanto, semanalmente, os alunos contam com um módulo de Biblioteca, que é organizado em Rodas de Leitura, empréstimos de livros e contação de histórias, além de as bibliotecárias envolverem a comunidade escolar em Cirandas de Leitura, contação de histórias no bairro em que a escola está inserida e Rodas de Leituras para mães, pais e familiares

na escola. As bibliotecárias se caracterizam de acordo com a personagem principal da história que será contada, para que os responsáveis também possam usufruir do encantamento que é viajar nas asas da leitura.

A cada 15 dias ocorre o Momento Cultural nos turnos matutino e vespertino. Os alunos recebem tutoria dos professores de todas as áreas para essa apresentação. Há a presença da comunidade escolar em todas as apresentações culturais.

A escola conta, ainda, nos Anos Iniciais, com um projeto financiado pela Volkswagen, por meio do Cenpec. O Cenpec tem como missão contribuir para o desenvolvimento humano e comunitário sustentável por meio da concepção e implementação de metodologias e programas no âmbito das políticas públicas de educação, cultura e assistência social. Essa missão surgiu a partir de uma inquietude da equipe do Cenpec relacionada com a hipótese que para que a democratização do ensino aconteça, é preciso fortalecer as equipes escolares e dotá-las de uma formação adequada.

O Projeto Estudar Pra Valer – EPV – é uma proposta de formação continuada para professores das quatro primeiras séries do Ensino Fundamental para a promoção efetiva da aprendizagem da leitura e da escrita por todos os alunos. A proposta abrange, ainda, a formação de técnicos das escolas e dos municípios para que possam acompanhar o trabalho dos professores e a aprendizagem dos alunos, promovendo as intervenções necessárias, visando à aprendizagem de todos os alunos. O eixo da proposta no que diz respeito à inclusão, está centrado no acompanhamento individualizado aos alunos e na concepção de avaliação contínua (incluindo a de diagnóstico), apoiada no uso do portfólio como instrumento de registro das produções dos alunos e das intervenções do professor. Essa avaliação tenta fornecer subsídios para que o professor e o gestor façam as intervenções apropriadas durante o processo.

Além disso, a idéia é fortalecer o trabalho coletivo das equipes escolares por meio da formação de um grupo-escola constituído por todos os profissionais da comunidade escolar, de modo que a formação esteja integrada ao Projeto Político Pedagógico da Escola. Surge como necessidade de reversão do quadro de fracasso escolar, entendendo que para que essa

reversão comece a acontecer é preciso que todos os alunos consigam ler e escrever na idade adequada.

A proposta está baseada em teorias de aprendizagem da linha sócio-histórico-cultural, como as de L. Vygotski e M. Bakhtin. A aprendizagem ocorre na interação com o outro e com o objeto de conhecimento. O professor situa-se como um mediador para que o aluno internalize (se aproprie de) significados culturais.

Para não perdermos o norte do processo de ensino e aprendizagem, os Conselhos de Classe são realizados a cada fechamento de bimestre. Os alunos que estão com dificuldades são chamados pela diretora, que por meio de uma conversa franca, tenta descobrir os entraves que estão sendo colocados por eles ou pelos professores para que a aprendizagem realmente se efetive. Depois, os responsáveis também são chamados e a diretora coloca a função primordial da família em todo esse processo.

Os alunos que possuem defasagem de aprendizagem usufruem de horário integral com um projeto chamado “Há que se cuidar do broto para que a vida nos dê flores e frutos” com aulas no contra-turno, ministradas por uma professora recuperadora que trabalha especificamente para esse fim. A cada 3 meses, para 48 alunos, indicados pelos professores e supervisora da escola, essa possibilidade é proporcionada.

As reuniões de pais acontecem sempre que há necessidade.

3. CURRÍCULO

Entendemos currículo, de acordo com Moreira e Candau (1996): campo de conhecimento pedagógico no qual se destacam as experiências escolares em torno do conhecimento, levando sempre em consideração a especificidade da escola, em meio a relações sociais, e a sua contribuição para a construção das identidades dos estudantes. Assim, associa-se o currículo ao conjunto de esforços pedagógicos desenvolvidos com intenções educativas. O currículo é, nessa perspectiva, o coração da escola.

Os professores da Escola Municipal José Joaquim Alves Pereira são orientados pela concepção de currículo da Rede Municipal de Educação que

prevê um enfoque globalizador em oposição ao enfoque fragmentado. O enfoque globalizador perspectiviza, segundo Morin (2001), a necessidade de apreensão da realidade na sua globalidade, a uma realidade que se apresenta como um todo, dentro do qual aspectos de ordem econômica, política, sociológica, psicológica, afetiva, mitológica são inseparáveis. Os saberes separados, compartimentados em disciplinas estão tornando-se progressivamente insuficientes para responder às questões da realidade contemporânea, cujos problemas são cada vez mais polidisciplinares, multidisciplinares, transacionais, planetários.

Essa concepção sugere o desenvolvimento curricular a partir de duas perspectivas: de como ocorre a aprendizagem, entendida como “um processo de construção de significados, resultante do estabelecimento de relações entre diferentes fontes e procedimentos utilizados para abordar a informação” (Hernandez, 1998, p.57) e quanto à organização dos conhecimentos escolares, que devem proporcionar aos alunos a possibilidade de compreender os conteúdos de ensino de forma global, mais totalizadora e contextualizada, não fragmentada e, ainda, a possibilidade de estudar os fenômenos na sua globalidade, relacionando-os à vida cotidiana. São propostas que se baseiam na idéia de integração dos conhecimentos, que consideram o contexto social, o mundo fora da escola e a realidade do aluno no desenvolvimento curricular (Hernandez, 1998).

O currículo com enfoque globalizador objetiva superar a excessiva divisão do conhecimento, propondo formas mais integradas de organização dos conteúdos escolares que potencializem uma compreensão da realidade a partir de contextos mais globais, promovendo maior significatividade nas aprendizagens. (Soares, 2003).

Para Zabala (1999), o enfoque globalizador vem responder à necessidade de que as aprendizagens sejam o mais significativas e consequentes possível com a formação integral das pessoas, no sentido de que estas compreendam e participem de uma sociedade complexa.

A Concepção de Currículo da Rede Municipal de Educação, portanto, pode ser assim estruturada:

CURRÍCULO GLOBALIZADOR

Enfoque Globalizador + Conhecimento Organizado

=

Busca do Equilíbrio

Se entendemos o currículo como um processo que deve ser recortado dos fenômenos da vida, da sociedade, e que essa vida está se desenvolvendo num mundo cada vez mais complexo, é fundamental refletirmos sobre o enfoque globalizador como uma perspectiva que propicia um caminho para a reordenação dos conteúdos disciplinares e o trabalho da aprendizagem, um caminho que nos ajuda a enfrentar o desafio para a reforma da educação exigida na atualidade. (Soares, 2003).

A produção do conhecimento científico e a educação escolar são processos que têm naturezas e objetivos distintos. O ensino das ciências na escola, ou de qualquer outro tipo de conhecimento organizado, tem especificidades que não podem ser desconsideradas, sob pena de destituir, pouco a pouco, o conhecimento ensinado nas escolas, de sua dimensão formadora, educativa. (Soares, 2003).

Partindo desse pressuposto é importante ressaltar a finalidade de cada etapa do Ensino: Educação Infantil: formação pessoal e social. Cuidar e educar (indissociáveis), Ensino Fundamental – 1º ao 5º anos (Anos Iniciais): apropriação do processo de alfabetização e letramento e Ensino Fundamental – 6º ao 9º anos (Anos Finais): ampliação de conhecimentos considerando-se as especificidades das diversas áreas, a partir da construção de conceitos.

A Rede Municipal de Educação intenta assegurar a garantia no Planejamento Curricular, independente do Método (Centro de Interesse, Estudo do Meio, Método de Projetos de Kilpatrick -Pedagogia de Projetos- e Projetos de Trabalho Globais) e Abordagens (A leitura crítica da realidade a partir do diálogo - Paulo Freire -, os projetos de desenvolvimento curricular -Stenhouse – e a organização temática ou por problemas sociais relevantes - derivação do Centro de Interesse de Decroly) selecionados pela escola:

Contexto + Sistematização dos Conhecimentos

(Saber elaborado)

=

Aprendizagem Significativa

Independente do método adotado, a efetivação da aprendizagem significativa requer uma organização da prática que contemple os seguintes momentos: Levantamento do conhecimento prévio do aluno (Diagnóstico), Organização da Atividades (Planejamento), Execução das Atividades de ensino (Socialização e sistematização do conhecimento) e Avaliação (das atividades realizadas e da aprendizagem do aluno).

A Escola Municipal José Joaquim Alves Pereira tem o compromisso de oferecer uma educação de qualidade a todos os alunos e, a partir dessa concepção, organizou seus Referenciais Curriculares com o intuito de fazer com que estes balizem a construção do Planejamento Curricular desenvolvido pela escola durante todo o ano.

Os professores elegeram como princípio norteador de suas ações o tema “Escola e Comunidade em Busca da Cidadania” e apresentaram a seguinte justificativa: pensar a escola na sociedade atual é pensar em cidadania. A busca do cidadão como um ser que age e dialoga com os problemas da comunidade, a fim de entendê-los e propor soluções, é imperativo nos dias de hoje. Para tanto, a escola necessita trabalhar os vários letramentos, ou seja, os usos sociais da escrita, além de exercer sua função que é alfabetizar. A escola precisa dar voz e abrir espaços a todas as esferas letradas da sociedade, inclusive a esfera familiar. Posto isso, a família é parte imprescindível nesse processo, pois ela é o alicerce que irá sustentar a nossa prática. Esse tema foi construído em 2009 e permanece no ano de 2010.

4. TEMPO ESCOLAR

A organização do tempo escolar adotada pelas escolas de Rede Municipal de Três Corações, inclusive a Escola Municipal José Joaquim Alves pereira, foi a de ciclos, pois acreditamos que essa forma de organização dos espaços-tempos da escola propicia maior autonomia para a escola gerenciar o processo de ensinar e aprender, maior flexibilidade para trabalhar os

conteúdos, maior respeito ao ritmo de cada aluno, às diferenças individuais e para com a diversidade de formas pelas quais o ser humano aprende. Ela exige transformações no próprio modo de conceber a educação e de organizar o processo educativo.

O horário de permanência da criança na escola é de 4 horas e 30 minutos, para o 2º ano do Ciclo Intermediário ao 2º ano do Ciclo Avançado (Anos Finais) e 4 horas e 20 minutos, para os alunos do 1º ao 4º ano do Ciclo Básico e 1º ano do Ciclo Intermediário (Anos Finais).

Nos Anos Finais do Ensino Fundamental há uma preocupação em geminar aulas, pois, concordamos com Enguita (1989) quando este ressalta que

“A sucessão de períodos muito breves – sempre de menos de uma hora – dedicados a matérias muito diferentes entre si, sem necessidade de sequência lógica entre elas, sem atender à melhor ou à pior adequação de seu conteúdo a períodos mais longos ou mais curtos e sem prestar nenhuma atenção à cadência do interesse e do trabalho dos estudantes; em suma, a organização habitual do horário escolar ensina ao estudante que o importante não é a qualidade precisa de seu trabalho, a que o dedica, mas sua duração. A escola é o primeiro cenário em que a criança e o jovem presenciam, aceitam e sofrem a redução de seu trabalho a trabalho abstrato.” (ENGUITA, 1989, p. 180 apud VEIGA, 1995, p. 30)

A organização das turmas, por trabalharmos em regime de ciclos, tenta obedecer à faixa etária dos alunos. Nos casos em que esse critério não seja possível, a escola considera o grau de desenvolvimento e as experiências acumuladas pelos alunos. Isso ocorre, por exemplo, na enturmação dos alunos do Projeto Integral “Há que se cuidar do broto para que a vida nos dê flores e frutos”.

Torna-se imprescindível destacar que, com essa organização do tempo escolar, propomos um novo olhar para nossos alunos – que devem ser vistos como seres integrais que estão construindo uma identidade. Essa identidade, não deve experienciar impressões divididas de um mundo repartido, pois não é possível mais aprender por aprender, não é possível mais apenas intelecto; é preciso vida, afeição, sociabilidade e cultura.

5. PROCESSOS DE DECISÃO

O início do século XXI poderá ser conhecido como um tempo em que o sentido da palavra democracia é reconhecido por todos. Embora essa palavra apresente muitos significados, a ênfase está nos princípios de soberania popular e na distribuição equitativa do poder. Nessa perspectiva, os desafios para envolver, articular e promover a ação das pessoas nos processos democráticos no país também perpassam pela escola pública.

A escola pública, nesse ínterim, torna-se um espaço importante no processo de integração da comunidade porque constrói, a cada dia, a recriação dos conhecimentos e suas relações com o ambiente externo. A construção do convívio democrático deve ser observada através de procedimentos que promovam o envolvimento, o comprometimento e a participação das pessoas. Esse modo democrático de gestão abrange o exercício do poder, incluindo os processos de planejamento, a tomada de decisões e a avaliação dos resultados alcançados. Os processos de decisão tornam-se descentralizados, bem como, a divisão de responsabilidades.

A Escola Municipal José Joaquim Alves Pereira intenta uma gestão participativa à medida que prioriza o diálogo e a mobilização das pessoas, possibilitando a elas intervir na construção das finalidades e dos objetivos almejados pela escola. Ao incentivar a participação e respeitar as pessoas e suas opiniões, desenvolvendo um clima de confiança entre os vários segmentos das comunidades escolar e local, a escola assume responsabilidades, escolhe e inventa novas formas de relações coletivas.

Um conjunto de ações e responsabilidades é promovido pela escola com vistas à realização da Gestão Democrática: acompanhar e fiscalizar os recursos aplicados em educação; participar de reuniões pedagógicas na escola; programar eventos culturais, palestras e cursos; manter parceria com a comunidade na preservação e manutenção da escola; manter parceria com a Empresa Mangels Minas Ltda; acompanhar e controlar as ações do PDE-Escola; delegar responsabilidades, ações e descentralizar as funções; discutir as prioridades no uso dos recursos destinados à unidade escolar; fixar metas, Diretrizes, planos, definir datas, calendário, cronograma de ações prioritárias, objetivos administrativos e pedagógicos; promover a avaliação institucional.

Percebemos, entretanto, que a discussão coletiva, a definição de metas e ações, o acompanhamento, a avaliação e a socialização dos resultados entre toda a comunidade, apesar de serem passos importantes para a definição de responsabilidades e competências, perpassam pela decisão de participar. A responsabilização da educação se restringe ao ambiente escolar e, muitas vezes, apenas ao gestor. A comunidade, ainda, em sua grande maioria, não respondeu ao chamado da escola.

6. RELAÇÕES DE TRABALHO

Ao buscar uma nova organização do trabalho pedagógico, a Escola Municipal José Joaquim Alves Pereira considera que as relações de trabalho no interior da escola deverão estar calcadas nas atitudes de solidariedade, de reciprocidade e de participação coletiva. Para tanto, espaços abertos à reflexão coletiva que favoreçam o diálogo, a comunicação horizontal entre os diferentes segmentos envolvidos com o processo educativo propiciam novas formas de relações de trabalho e descentralizam o poder. A importância de um trabalho escolar que se desenvolva num clima de interação, de modo a permitir, pelo esforço compartilhado, a busca de soluções comuns, transforma o grupo de pessoas em equipe. É a partir dessa dinâmica que buscamos novas relações de poder que deverão ser construídas no interior das salas de aula e da escola.

Nessa premissa, se coloca o grande desafio da Gestão Democrática. A Escola Municipal José Joaquim Alves Pereira oferece uma gestão atenta a todos os aspectos que garantam o alcance dos objetivos da escola, mantendo um bom clima entre as pessoas que fazem parte da comunidade escolar: professores, envolvidos na dinâmica educativa e funcionários, na realização das tarefas de apoio. A articulação entre essas duas forças de trabalho é criada por canais adequados de comunicação e interação. À medida que juntos, professores e funcionários, enfrentam dificuldades e superam divergências, reconhecem as diversidades e as transformam em riquezas que unidas se complementam na busca de objetivos comuns.

Durante o ano de 2010, mantivemos parceria com a Instituição de Amparo Arca de Noé, para que a comunidade escolar pudesse usufruir de palestras sobre alcoolismo, drogas e planejamento familiar. Essas palestras

ocorrem a partir das 18h30min, na escola, e conta com a participação de toda a comunidade escolar.

Quatro vezes por ano, ocorrem as reuniões de pais e/ou responsáveis. Tais reuniões acontecem depois do Conselho de Classe de cada bimestre e tem a função de dividir com os responsáveis a responsabilidade pela educação do filho e informá-lo da situação de aprendizagem e disciplina em que o mesmo se encontra. Há um cuidado em distribuir, no início das reuniões, um boletim com todos os conceitos e ocorrências disciplinares dos alunos para os pais.

A escola, este ano, contou com a efetiva participação dos professores quanto à iniciativa de convidar os responsáveis e toda a comunidade escolar para participarem de atividades propostas por eles dentro da escola. Um dos exemplos é o Momento Cultural, que ocorre duas vezes por mês, a cada 15 dias e tem a efetiva participação dos responsáveis. Outras atividades são oferecidas aos pais, como: contação de histórias para os responsáveis, na escola, proporcionada pelas bibliotecárias; construção de uma horta pelos alunos, com a participação dos professores, funcionários e pais; reuniões para prestação de contas, também com a participação de todos; palestras sobre qualidade de vida, cuidados com a higiene, piolho, DSTs, etc., oferecidas para todos os moradores do bairro pelo Posto de Saúde Amadeu Miguel e ministradas por enfermeiras e médicos dentro da escola, entre outras.

7. AVALIAÇÃO

Conforme Veiga,

“Acompanhar as atividades e avaliá-las levam-nos à reflexão, com base em dados concretos, sobre como a escola organiza-se para colocar em ação seu projeto político-pedagógico. A avaliação do projeto político-pedagógico, numa visão crítica, parte da necessidade de se conhecer a realidade escolar, busca explicitar e compreender criticamente as causas da existência de problemas, bem como suas relações, suas mudanças e se esforça para propor ações alternativas (criação coletiva). Esse caráter criador é conferido pela autocrítica.” (VEIGA, 1995, p.32)

O presente Projeto Político Pedagógico é uma sistematização das reflexões coletivas da Escola Municipal José Joaquim Alves Pereira. Alguns

aspectos foram marcantes, ora porque representaram obstáculos, ora porque representam avanços na Gestão Democrática e no processo de ensino e aprendizagem.

A Gestão Democrática se apresenta como fundamental, pois estabelece e/ou fortalece ações e responsabilidades que devem ser de todos, como: a divisão de tarefas; reestruturação e organização; divisão da responsabilidade na gestão dos recursos financeiros; abertura de espaços para a participação coletiva nas reuniões pedagógicas; programação de eventos culturais, palestras e cursos; manutenção de parcerias para a manutenção e preservação da escola; acompanhamento e controle das ações do PDE-Escola; delegação de responsabilidades, ações e descentralização das funções; discussão das prioridades no uso dos recursos destinados à unidade escolar; fixação de metas, diretrizes, planos, definição de datas, calendário, cronograma de ações prioritárias, objetivos administrativos e pedagógicos; promoção da avaliação institucional.

Quando nos referimos aos aspectos de ensino e aprendizagem, percebemos que o grande desafio para nossos professores é trabalhar as dificuldades individuais. Esse desafio nos coloca diante de um obstáculo configurado pelo tempo de aprendizagem. Muitas vezes, as intervenções são feitas, mas os alunos necessitam de mais tempo para aprender.

O reforço no contra turno oferece a esses alunos a oportunidade de apropriar-se de conhecimentos científicos, sociais e tecnológicos produzidos historicamente e que não foram consolidados no tempo adequado. Intentamos que esse projeto de reforço configure novas possibilidades de amenizar as discrepâncias cognitivas na escola.

O Conselho Escolar, órgão colegiado composto por representantes da comunidade escolar e local, deve ser imediatamente composto, pois os membros eleitos atuam diretamente na escola, deliberando sobre questões administrativas e financeiras no âmbito da escola; discutindo, definindo e acompanhando o desenvolvimento do Projeto Político-Pedagógico da escola e analisando as ações a empreender e os meios a utilizar para o cumprimento das finalidades da escola.

No processo de gestão escolar, o exercício dessas atribuições é um aprendizado que faz parte do processo democrático de divisão de direitos e responsabilidades.

O Conselho Escolar constitui uma prática da democracia participativa e contribui efetivamente para o processo de construção de uma cidadania emancipadora, autônoma, a partir da criação coletiva dos níveis de decisão e posicionamentos críticos, o que objetiva a superação de concepções meramente burocráticas e formais de gestão, possibilitando efetivos processos democráticos de gestão escolar, tornado-se um passo importante no processo histórico de construção de um Brasil mais justo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto Político-Pedagógico possui duas dimensões: a potencial e a concreta. A primeira caracteriza-se por um planejamento das intenções e/ou propostas da comunidade escolar para solucionar, amenizar, ou ainda, melhorar um determinado problema. A segunda é a aplicação deste plano, a materialização dos sonhos. Portanto, a efetivação do PPP implica em sonhos e ações. Não há construção sem idéias, mas por outro lado, os sonhos sem trabalho são apenas fantasias. Belas enquanto possibilidades, entretanto, estéreis porque não produzem crescimento.

O PPP 2010 possui algumas limitações, resultado dessa falta de equilíbrio entre o sonho e as ações. Tais limitações nos afastam da elaboração de um PPP efetivo, mas também colaboram para evidenciar a relevância desta proposta. Portanto, registramos alguns sonhos e ações a fim de nortear futuros sonhos e ações sem lacunas ou limitações.

Através da construção do PPP 2010, a Escola Municipal José Joaquim Alves Pereira pode ter uma idéia dos principais acontecimentos, problemas, avanços do presente ano letivo. Afirmamos que esse registro é uma reflexão sobre a organização, o funcionamento da escola e, principalmente, do contexto pedagógico da mesma. O objetivo do trabalho é tirar um instantâneo do presente. Talvez o grande desafio seja transformar o instantâneo (a fotografia) em um filme de ação através da efetiva implantação deste PPP na escola.

REFERÊNCIAS

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Minidicionário da Língua Portuguesa**. 3.ed. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

HERNANDEZ, Fernando. **A organização do currículo por projetos de trabalho**. Trad. Jussara Haubert Rodrigues. 5. Ed- Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

MOREIRA, A. F. e CANDAU, V. M. Currículo, Conhecimento e Cultura: Documento em versão preliminar. In: **O currículo como instrumento de viabilização do direito**. Disponível em <http://moodle3.com.mec.gov.br/ufmg>, Escola de Gestores da Educação Básica. Acesso em 20 de jul. 2010

MORIN, Edgard. **A cabeça bem feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. Trad Eloá Jacobina. Rio Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

SOARES, Claudia Caldeira. **Enfoque Globalizador**. Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE). Dicionário do professor- Sistema de Ação Pedagógica/Escola Sagarana, 1999/2002.

VEIGA, Ilma Passos A. Projeto Político-Pedagógico da Escola: uma construção coletiva. In: **Projeto Político-Pedagógico da Escola**: uma construção possível. Campinas: Papirus, 1995. 11-35

ZABALA, Antoni. **A prática educativa**: como ensinar. Trad. Ernani F. RSA. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

ANEXOS

	Página
ANEXO 1 QUADRO CURRICULAR	23
ANEXO 2 CALENDÁRIO	24
ANEXO 3 HORÁRIO	25

QUADRO CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL - CICLO DE 9 ANOS

CICLO BÁSICO DE ALFABETIZAÇÃO, CICLO INTERMEDIÁRIO E CICLO AVANÇADO

Estabelecimento: Escola Municipal José Joaquim Alves Pereira Município: Três Corações (M.G.) Ano: 2010

BASE NACIONAL COMUM ART. 26 DA LEI 9394/96	ÁREAS DE CONHECIMENTO	CICLO BÁSICO DE ALFABETIZAÇÃO								CICLO INTERMEDIÁRIO						CICLO AVANÇADO			
		1º Ano		2º Ano		3º Ano		4º Ano		1º Ano		2º Ano		3º Ano		1º Ano		2º Ano	
BASE NACIONAL COMUM ART. 26 DA LEI 9394/96	LÍNGUA PORTUGUESA	6	200:00	6	200:00	6	200:00	6	200:00	6	200:00	5	166:40	5	166:40	5	166:40	4	133:20
	MATEMÁTICA	6	200:00	6	200:00	6	200:00	6	200:00	5	166:40	5	166:40	5	166:40	5	166:40	5	166:40
	GEOGRAFIA	3	100:00	3	100:00	3	100:00	3	100:00	3	100:00	3	100:00	3	100:00	3	100:00	3	100:00
	HISTÓRIA	3	100:00	3	100:00	3	100:00	3	100:00	3	100:00	3	100:00	3	100:00	3	100:00	3	100:00
	CIÊNCIAS	3	100:00	3	100:00	3	100:00	3	100:00	3	100:00	3	100:00	3	100:00	3	100:00	3	100:00
	ARTES	-	-	-	-	-	-	-	-	1	33:20	-	-	-	-	-	-	1	33:20
	ED. RELIGIOSA	1	33:20	1	33:20	1	33:20	1	33:20	1	33:20	1	33:20	1	33:20	1	33:20	1	33:20
	ED. FÍSICA	2	66:40	2	66:40	2	66:40	2	66:40	2	66:40	2	66:40	2	66:40	2	66:40	2	66:40
P.D.	LITERATURA INFANTO-JUVENIL	1	33:20	1	33:20	1	33:20	1	33:20	1	33:20	1	33:20	1	33:20	1	33:20	1	33:20
	INGLÊS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	66:40	2	66:40	2	66:40	2	66:40
TOTAL	MÓDULOS SEMANAIS E CARGA HORÁRIA ANUAL	25	833:20	25	833:20	25	833:20	25	833:20	25	833:20	25	833:20	25	833:20	25	833:20	25	833:20

INDICADORES FIXOS :

DIAS LETIVOS : 200

SEMANAS LETIVAS : 40

DIAS SEMANAIS : 05

DURAÇÃO DO MÓDULO : 50 MIN.

DURAÇÃO DO RECREIO : 20 MIN. DIÁRIOS : 66:40 HORAS ANUAIS

CARGA HORÁRIA ANUAL : REGÊNCIA : 733:20

EDUCAÇÃO FÍSICA ESPECIALIZADA : 66:40 (2 aulas semanais de 50 min. cada aula)

EDUCAÇÃO RELIGIOSA : 33:20 (1 aula semanal de 50 min. cada aula)

TOTAL : 833:20

OBSERVAÇÃO :

EDUCAÇÃO RELIGIOSA : A ESCOLA PROGRAMARÁ NO CÔMPUTO DA CARGA HORÁRIA ATIVIDADES CURRICULARES PARA OS ALUNOS QUE NÃO OPTAREM PELA EDUCAÇÃO RELIGIOSA.

EUFRÂNIA PAULA CORRÊA POTTING
Diretora Escolar

CALENDÁRIO ESCOLAR - 2010

Escolas Municipais da Rede de Ensino

MUNICÍPIO: Três Corações - MG

Zona Urbana

JANEIRO						
DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SÁB
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30
31						

FEVEREIRO						
DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SÁB
	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28						

MARÇO						
DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SÁB
	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30	31			

ABRIL						
DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SÁB
				1	2	3
4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29	30	

MAIO						
DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SÁB
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30	31					

JUNHO						
DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SÁB
		1	2	3	4	5
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28	29	30			

JULHO						
DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SÁB
				1	2	3
4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29	30	31

AGOSTO						
DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SÁB
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30	31				

SETEMBRO						
DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SÁB
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30		

OUTUBRO						
DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SÁB
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30
31						

NOVEMBRO						
DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SÁB
	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30				

DEZEMBRO						
DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SÁB
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	

LEGENDA:	
	PLANEJAMENTO
	DIAS DE FÉRIAS E RECESSO
	FERIADO
	INÍCIO E TÉRMINO DAS AULAS
	PERÍODO DE MATRÍCULA
	PERÍODO DE FORMATURA
	DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA

DIAS LETIVOS							
1º SEMESTRE				2º SEMESTRE			
JAN		MAI	21	AGO	22	OUT	16
FEV	15	JUN	20	SET	20	NOV	19
MAR	23	JUL	12			DEZ	13
ABR	19						
TOTAL: 110				TOTAL: 90			

DIAS LETIVOS DO 1º SEMESTRE:
 DIAS LETIVOS DO 2º SEMESTRE:
 TOTAL DE DIAS LETIVOS ANUAIS:

110
90
200

Três Corações, 16 de dezembro de 2009

Márcia Teresa de Abreu Coelho
 Secretária Municipal de Educação

HORÁRIO – 2010
ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JOAQUIM ALVES PEREIRA”

6º ANO

	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
7:00 às 7:50	E.Física	Matemática	Português	Matemática	Matemática
7:50 às 8:40	Português	Português	Literatura	Matemática	História
8:40 às 9:30	Ciências	Ciências	Ciências	Geografia	História
9:30 às 9:45					
9:45 às 10:35	História	Matemática	Português	Geografia	Inglês
10:35 às 11:25	Geografia	Português	E.Física	Inglês	E.Religiosa

7º ANO

	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
7:00 às 7:50	Ciências	Ciências	Inglês	Português	Geografia
7:50 às 8:40	História	Ciências	Geografia	Português	Matemática
8:40 às 9:30	Português	Matemática	Português	Matemática	Literatura
9:30 às 9:45					
9:45 às 10:35	Geografia	E.Física	E.Física	E.Religiosa	História
10:35 às 11:25	Português	Matemática	Inglês	Matemática	História

8º ANO – A

	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
7:00 às 7:50	Matemática	Português	História	Matemática	E.Religiosa
7:50 às 8:40	Matemática	Matemática	E.Física	Matemática	Inglês
8:40 às 9:30	História	E.Física	História	Inglês	Geografia
9:30 às 9:45					
9:45 às 10:35	Ciências	Português	Geografia	Português	Literatura
10:35 às 11:25	Ciências	Ciências	Português	Português	Geografia

8º ANO – B

	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
7:00 às 7:50	Português	História	Português	Português	Literatura
7:50 às 8:40	Português	Português	História	E.Religiosa	Matemática
8:40 às 9:30	Matemática	História	Geografia	Matemática	Inglês
9:30 às 9:45					
9:45 às 10:35	Matemática	Ciências	Ciências	Inglês	Geografia
10:35 às 11:25	E.Física	E.Física	Ciências	Geografia	Matemática

9º ANO – A

	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
7:00 às 7:50	História	Matemática	Geografia	Geografia	Ciências
7:50 às 8:40	E.Física	E.Física	Ciências	Português	E.Religiosa
8:40 às 9:30	Geografia	Matemática	Português	Artes	Ciências
9:30 às 9:45					
9:45 às	Português	Matemática	Inglês	Português	Literatura

10:35					
10:35 às 11:25	Português	História	História	Matemática	Inglês

9º ANO – B

	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
7:00 às 7:50	Geografia	Português	E.Física	Inglês	Matemática
7:50 às 8:40	Ciências	História	Português	Geografia	Português
8:40 às 9:30	Português	Artes	Inglês	Português	Literatura
9:30 às 9:45					
9:45 às 10:35	E.Física	História	História	Matemática	Ciências
10:35 às 11:25	Matemática	Matemática	Geografia	E. Religiosa	Ciências